



***Antes que o céu caia*¹ : práticas pedagógicas antiespecistas com crianças na escola pública**

Before the sky falls - anti-speciesist pedagogical practices with children in public school

Antes de que el cielo caiga - prácticas pedagógicas antiespecistas con niños en la escuela pública

Andriara Nunes Nunes²

Mestranda em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Vânia Alves Martins Chaigar³

Doutora em educação/ Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Recebido em: 24/02/2022

Aceito em: 21/03/2022

Resumo

Analisamos alguns aspectos da crise civilizacional contemporânea como a que subalterniza os animais conforme nossos interesses. A situação é ratificada pela escola e outras instituições que ajudam a naturalizar essa condição. Ao mesmo tempo, modelos antiespecistas defendem que toda subalternidade, seja de animais ou humanos, deva ser combatida e superada. Nesse sentido, pesquisa realizada com crianças na escola pública, a partir de práticas pedagógicas antiespecistas, destaca a possibilidade da construção de posturas críticas em sala de aula. Investigações, oficinas, palestras, saídas de campo com crianças geraram novos posicionamentos em relação a animais, bem como a outros humanos presentes em seus cotidianos. Isso nos anima a prospectar a escola como um importante suporte na construção de lógicas não antropocêntricas que distensionem a dicotomia humano versus animal.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas Antiespecistas. Crianças. Anos Iniciais. Educação infantil. Escola Pública.

Abstract

In this article we analyze some aspects of the contemporary civilizational crisis, such as the one that subordinates animals according to our interests. The situation is ratified by the school and other institutions that help to naturalize this condition. At the same time, anti-speciesist models defend that all subalternity, whether of animals or humans, must be fought and overcome. In this regard, the research was carried out with children in public school, based on practices anti-speciesist pedagogical approaches, highlights the possibility of

¹ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

² andriaranunes@gmail.com

³ vchaigar@gmail.com

building critical postures in the classroom. Investigations, workshops, lectures, field trips with children generated new positions in relation to animals as well as other humans present in their daily lives. This encourages us to see the school as an important support in the construction of non-anthropocentric logics that distend the dichotomy human versus animal.

Keywords: Anti-speciesist pedagogical practices. Children. Initial years (or elementary school). Children education. Public school.

Resumen

En este artículo analizamos algunos aspectos de la crisis civilizacional contemporánea, como la que subalterna a los animales según nuestros intereses. La situación es ratificada por la escuela y otras instituciones que ayudan a naturalizar esa condición. Al mismo tiempo modelos antiespecistas defienden que toda subalternidad, ya sea de animales o humanos, debe ser combatida y superada. En ese sentido investigación realizada con niños en la escuela pública, a partir de prácticas pedagógicas antiespecistas, destaca la posibilidad de la construcción de posturas críticas en clase. Investigaciones, talleres, charlas, salidas de campo con niños generaron nuevos posicionamientos en relación con animales, así como a los otros humanos presentes en sus cotidianos. Esto nos anima a proyectar la escuela como un importante soporte en la construcción de lógicas no antropocéntricas que distensionen la dicotomía humana versus animal.

Palabras clave: Prácticas Pedagógicas Antiespecistas. Niños. Años Iniciales. Educación infantil. Escuela Pública.

Início de conversa: humanos *versus* animais, ainda?

Somos todos iguais, variando de indivíduo para indivíduo e de espécie para espécie apenas a intensidade com que empregamos nossas faculdades para garantir a sobrevivência e cuidado da prole. Olhamos, cheiramos, andamos, tocamos, brincamos, nos agrupamos ou separamos, sentimos calor ou frio, fome e sede, nascemos, crescemos, copulamos, morremos. Em todos esses eventos são as emoções que mantêm nosso organismo alerta para os riscos de dano e morte. O que diferencia um animal do outro é a intensidade e frequência de cada uma dessas habilidades, reguladas em função da necessidade maior ou menor de guardar-se contra hostilidades sociais e ambientais, as quais, por sua vez, também podem variar. (FELIPE, 2007, p. 60).

Estamos em janeiro do ano de 2022, nossa espécie parece mesmo encrencada diante da enxurrada de evidências do colapso ambiental derivado do modelo econômico hegemônico em escala planetária, a exemplo da pandemia Sars-Covid 19 que, desde março de 2020, impôs reorganizações nas sociedades urbanas no mundo globalizado. A rapidez com que o vírus circula e se transforma pode ser um indício de que nossa vida doravante vá conviver, cada vez com mais frequência, com situações semelhantes. Alguns de nós se indagam se haverá mesmo um mundo pós-pandêmico, ao menos para as gerações contemporâneas, mas, ao mesmo tempo, relações sociais constituídas de forma hierarquizada, tanto intra quanto interespecie, são desafios que se revelam difíceis de debelar, mesmo que estejamos a viver esta experiência dolorosa de restrições, lutos, extermínios, adoecimentos físicos e emocionais.

A pandemia revelou-se discricionária, pois foram as pessoas com menor poder econômico, político e/ou *minorias* étnicas raciais as mais afetadas. Boaventura de Sousa Santos (2020) aponta a

estreita ligação entre pandemia e ordem política econômica, vigente nos últimos quarenta anos ao menos, de perspectiva liberal. Para o sociólogo, desde os anos 1980, “- à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro -, o mundo tem vivido em permanente estado de crise” (2020, p. 5). Ele argumenta a partir disso que essa crise permanente, portanto, é a “causa que explica todo o resto”.

Desregulação do trabalho e de fluxos do capital, perda de direitos civis, supressão de políticas públicas sociais, ameaças contra povos originários, estímulo ao armamento, aumento de ódios de cunho racista, diminuição no número de empregos etc., estiveram na pauta nos últimos anos em parte do mundo, inclusive no Brasil, acelerada pela chegada ao poder de grupos de extrema direita. Vivenciamos na pele o significado da falta de empatia e da política de “passar a boiada”² dos representantes do grande capital e de grupos religiosos fundamentalistas, ou seja, o extremismo levado às últimas consequências, mesmo que signifique a eliminação do outro.

Essa política, baseada em um conjunto de violências extremas e deliberadas, cujos desdobramentos são passíveis de previsão, constitui o que Achille Mbembe (2016, p. 123) cunhou de *necropolítica*, afirmando que “a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Publicado originalmente em 2003, o filósofo e historiador camaronês, se ampara em Giorgio Agamben para explicar que nas estruturas jurídicas de poder nessa situação “o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito” (MBEMBE, 2016, p. 124). E submete a vida (dos desimportantes) aos interesses do Mercado, ou seja, sofisticada a brutalidade com o requinte das palavras do Direito.

A necropolítica tem se manifestado associada ao neoliberalismo que, somente em dois anos de pandemia, empobreceu ainda mais os mais pobres e enriqueceu, sobremaneira, os mais ricos. Senão vejamos estes dados:

Durante os dois primeiros anos da epidemia de Covid-19, os 10 homens mais ricos do mundo mais que dobraram suas fortunas, de US\$ 700 bilhões para US\$ 1,5 trilhão. Em contrapartida, a renda de 99% da humanidade caiu e mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza. [...] No Brasil, 55 bilionários possuem riqueza total de US\$ 176 bilhões. Desde março de 2020, quando a pandemia foi declarada, o país ganhou 10 novos bilionários. O aumento da riqueza dos bilionários durante a pandemia foi de 30% (US\$ 39,6 bilhões), enquanto 90% da população teve uma redução de 0,2% entre 2019 e 2021. **Os 20 maiores bilionários do país têm**

² A expressão, especista, foi utilizada pelo, então, ministro do meio ambiente Ricardo Salles, em reunião ministerial, em 22 de abril de 2020, manifestando o desejo de aproveitar a ‘distração’ da mídia com a pandemia para alterar regramentos ambientais no país. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> Acesso em: 25 jan. 2022.

mais riqueza (US\$ 121 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros (60% da população) (CARTA CAPITAL, 17/01/2022, n. p., grifos das autoras).

Nesse contexto de abismos, contradições e interstícios onde “o velho está morrendo e o novo não pode nascer”, segundo Antonio Gramsci em *Cadernos do Cárcere*, questões pertinentes ao modo como a nossa espécie tem se comportado em relação a outras (e a sua própria) tem ganho espaços em debates, pesquisas e legislações, embora o tempo lento para compreensões que fujam de modelos - bem construídos - e que colocam os outros (animais) como *recursos naturais* a serviço das necessidades da nossa espécie. Religiões cristãs em muito contribuíram para difundir essa ideia, mantendo uma centralidade no homem (branco) e objetificando as demais e/ou desqualificando-as de modo a garantir uma hierarquia inquestionável. Recentemente causou polêmica a declaração do Papa Francisco com forte crítica a pessoas que, ao invés de terem filhos, optam por adotar animais. Mesmo considerado um pontífice de mente aberta e coração corajoso, Francisco não hesitou em julgar e condenar os que não se enquadram no modelo de família nuclear monoespécie.

Em audiência geral dia 05 de janeiro passado afirmou:

Há dias, falei sobre o inverno demográfico que há atualmente: as pessoas não querem ter filhos, ou apenas um e nada mais. E muitos casais não têm filhos porque não querem, ou têm só um porque não querem outros, mas têm dois cães, dois gatos... Pois é, cães e gatos ocupam o lugar dos filhos. Sim, faz rir, entendo, mas é a realidade. (BBC News, 14 jan., 2022).

É interessante pensar que ter filhos também pode ser indício de egoísmo, quando os mesmos são gerados com finalidades pragmáticas ou interesseiras, quando os pais a pensam como um tipo de *seguro* para sua velhice ou os têm como obrigação, tão somente. O poder de escolha (ainda) também parece ser um incômodo para cristãos. Para o Papa, é inconcebível a opção por um outro tipo de associação social familiar, como a que inclui animais de estimação, a família multiespécie, por exemplo. Matéria publicada recentemente, no entanto, indica um crescimento desse tipo de interação e se associa às diversas outras tendências de conformações familiares contemporâneas como “as monoparentais, homoafetivas e recasadas” (BBC NEWS, 2022). Na contramão do pensamento cristão hegemônico, Pesquisa Nacional de Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, estava a indicar que:

46,1% dos lares brasileiros tinham ao menos um cachorro, o equivalente a 33,8 milhões de domicílios. Em 2013, o percentual era de 44,3%. Quanto aos gatos, 19,3% dos lares tinha ao menos um deles, o equivalente a 14,1 milhões de casas. O percentual era de 17,7% em 2013. (BBC NEWS, 2022).

Embora não desconsideremos que parte desses lares possa antropomorfizar os animais, configurando-os segundo o próprio espelho, muitas vezes incluindo-os em rituais de vaidades e fetichismos inerentes a representações humanas e de classes sociais específicas, e saibamos que o mercado *pet* é um segmento que vem interferindo nas escolhas e na organização da vida dos animais de estimação no mundo dos humanos, temos em mente que “desantropomorfizar” pode ser um processo em direção à própria humanização. Essa é a proposta de Nurit Bensusan, bióloga ambientalista ao rever o modo como temos³ nos comportado em relação aos demais seres, ao nosso excessivo desejo de tudo antropomorfizar estendendo concepções, sentimentos, desejos construídos dentro de nossas culturas ao restante da natureza. A própria natureza – ela – concebida como algo externo, na qual nos sentimos à parte e podemos controlar, revela-se um absurdo gigante, agora claramente confrontado sob a forma de crise climática, ambiental, sanitária, humanitária. Ao enviar “Cartas ao Morcego”, espécie que lá no início da pandemia foi responsabilizada pela difusão do vírus, Bensusan diz:

Descrevendo esses disparates da humanidade, eu vislumbro você me olhando de cabeça para baixo, querendo indagar o que significa isso, uma espécie que não tem instinto de sobrevivência? Se você possuir tendências psicanalíticas, talvez você identifique aí uma pulsão de morte. Acho, porém, caro Morcego, que não se trata disso, ao contrário, parece se tratar de excesso de confiança, tanto na tecnologia quanto na sorte (BENSUSAN, 2021, p. 20).

A questão é: quem pensamos que somos? Ao nos desconectar do tênue fio que liga vidas, atestamos que somos um grande problema para o equilíbrio de forças que mantêm a possibilidade da nossa espécie sobreviver no planeta. Bem, sim, há os que projetam se perpetuar fora daqui; os mesmos que não se responsabilizam, hoje, pelos problemas que seu modo de vida impõe aos demais. Nurit, em suas Cartas, então, propõe a “desantropomorfização”, ou seja, a percepção de que também somos musgo, somos pedra, somos borboleta, somos morcego... Carregamos todas as formas de vida, não temos um milímetro a mais de importância nessa rede tecida de forma incessante, provisória e imprecisa. E é bom lembrar que para muitos povos o ser humano “é uma circunstância, mesclada à ideia de ser, junto e ao mesmo tempo, outro animal. Essa mistura abre a possibilidade de relações mais equitativas entre os diversos seres do mundo [...]” (BENSUSAN, 2021, p. 36). Esses povos, neste contexto de crise extrema, nos apresentam outras possibilidades de coexistência para além das

³ Cabe destacar que esse ‘nós’ pode ser bem relativizado, pois concordamos com Bensusan que “ser humano passou a significar uma identificação com um conjunto de ideias e práticas que muitos não querem corroborar. Assim o “nós”, que já era sobremaneira complicado, heterogêneo e plural, tornou-se ainda mais díspar” (2021, p. 28).

propaladas pelo capital e sua cantilena mercantil, na qual se enquadra apenas uma pequena parte das sociedades.

Acolhemos que: “De certa forma, tanto a biologia quanto a neurociência e a própria arte vêm chegando à conclusão de que é a cooperação, e não o “self-made man”, a base de qualquer sociedade possível” (SAAVEDRA, 2021, p. 179). Cooperação que é vocábulo maldito no dicionário dos neoliberais, coisa de ‘comunistas’.

É, portanto, uma forma de pensar diversa da expressa pelo Papa, que continua a nos situar para finalidades predeterminadas, com destino traçado ao nascer, colocados no topo de uma cadeia, aquela aprendida por muitas gerações, em aulas na escola, e que nos permite, inclusive, imputar sofrimento às demais, seja em experimentos científicos, hábitos alimentares, formas de lazer, suportes de produção etc. - Humildemente discordamos. Não cremos que diminuimos nossa humanidade pela “negação da paternidade e da maternidade”, como o Senhor afirma, mas quando nos sentimos superiores frente a outros seres sejam humanos ou não, nos submetemos a lógicas desprovidas de solidariedade, adotamos modelos existenciais que inculcam violências e apartações ou, ainda, naturalizamos a objetificação do outro, a sua exploração e, até mesmo, a sua eliminação.

Nesse sentido problematizamos, como professoras, o quanto a escola, sobretudo a pública - em sua função democratizante -, pode influenciar na construção de lógicas não antropocêntricas e/ou desantropomorfizantes que distensionem a dicotomia humano *versus* animais. Temos por força de formações que tomam o diálogo como um valor inegociável, inspiradas pelo educador Paulo Freire, o compromisso ético de nos desafiar de forma permanente na construção de outras relações sociais menos perversas e que caminhem em direção à autonomia e solidariedade. O quanto conseguimos estender essa intencionalidade à concretude de nossas salas de aulas não sabemos bem; temos, no entanto, a nosso favor, práticas pedagógicas⁴ que destacam contextos de crianças e jovens, sem deixar de trazer à baila conexões com outras totalidades como a do “antiespecismo”, suas dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Realizamos alguns estudos em nosso grupo de pesquisa, na busca por evidenciar possibilidades de outras relações prevalecerem, em especial entre crianças e animais, na escala da cidade.

⁴ Concebemos prática pedagógica como “prática intencional de ensino e de aprendizagem, não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e aprender, articulada à educação como prática social e aos conhecimentos como produção histórica e cultural, datado e situado.” (FERNANDES, 2021, p. 227).

[...] nos demos o direito de aprender com as crianças e os animais, que recuperemos com eles fatias de nossa perda humanidade e sejamos capazes de inventar tudo de novo, produzindo vidas na cidade em que distinções de credos, raças, gêneros, espécies constituam a verdadeira riqueza que deixaremos como legado aos que ainda virão. (CHAIGAR *et al*, 2018, p. 11).

Trazemos neste artigo recortes da pesquisa “Por uma pedagogia antiespecista: experiências em prol de relações biocêntricas entre crianças e animais em escolas da cidade do Rio Grande/RS” (NUNES, 2021) produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Grupo de Pesquisa Redes de cultura, estética e formação na/da cidade – Recidade, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Na mesma, a autora analisa práticas pedagógicas “antiespecistas” constituídas em escolas públicas da cidade do Rio Grande, RS, com crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Práticas pedagógicas antiespecistas na escola: crianças e a problematização da exploração animal

Dizemos antiespecistas, pois se opõem ao especismo, definido como qualquer forma de discriminação exercida contra animais não-humanos pelos seres humanos, que assim como o racismo ou o sexismo, “a simples constatação de uma diferença é usada como um pretexto ou motivo para não aplicação do princípio ético de igualdade, entendida como igual consideração de interesses” (BRÜGGER, 2004, p. 39). Esse conceito empregue por Richard D. Ryder em 1970, cunhado pelo mesmo em 1973 e popularizado por Peter Singer no ano de 1975 em seu livro *Libertação Animal*, livro traduzido no Brasil somente no ano de 2004, é um termo recente por aqui, mas que urge ser discutido e combatido, a fim da libertação da opressão e exploração das espécies.

Estudiosos sobre o tema têm enfatizado que animais humanos e não-humanos têm o mesmo inimigo, o capital, sendo o especismo estrutura social de exploração, afirmando que “o antiespecismo é, portanto, a crítica coerente a todas as relações de poder, que ligam a exploração dos animais àquela dos homens no interior da sociedade de classe” (MAURIZI, 2020).

Sabemos que os componentes curriculares historicamente têm legitimado o especismo ao mesmo tempo que objetivam uma reconstrução na dicotômica relação sociedade-natureza. Nesse sentido, cabe-nos analisar criticamente, dialogar e buscar tanto o reconhecimento, quanto a superação do especismo, através de uma pedagogia libertadora inspirada em Freire, propondo então uma

pedagogia antiespecista, que consiste em construir estratégias para desfazer os *nós*⁵ internalizados do antropocentrismo especista, a partir da transformação de velhos paradigmas e a construção de novas consciências.

Mais do que listar temas, conteúdos ou planos didáticos mecanicistas a serem desenvolvidos, precisamos considerar a educação como processo dialógico crítico-reflexivo para a libertação (FREIRE, 1991), isto é, analisar, repensar e contestar o que está posto, o que está dado como verdade, buscando compreender para desfazer a suposta supremacia machista especista na qual nossa sociedade está inserida, atentando-se às mínimas, sutis e veladas formas de mascarar, encobrir, fantasiar, disseminar e tentar permanecer com a realidade violenta que nos oprime, sejamos animais humanos ou não.

Salientamos que “se um ser sofre, não pode haver qualquer justificativa moral para deixarmos de levar em conta esse sofrimento” (SINGER, 2004, p. 10) e, então, passamos a compreender que todos os animais são seres sencientes, isto é, têm a capacidade de experienciar sensações de forma consciente, que lhes afetam de forma positiva ou negativamente. Fundamentando, promovendo e problematizando práticas pedagógicas antiespecistas surgidas das experiências, da docência, das relações das crianças com os animais, percorrendo memórias, trajetórias de vidas, investigações e atravessamentos com teóricos que justificam o exercício de uma educação centrada na ética não especista.

Vivências e experiências que não podem estar apartadas do cotidiano infantil, em que crianças, sentindo-se confiantes e acolhidas, são ouvidas e compreendidas como protagonistas de suas histórias: expõem, relatam, dialogam, problematizam e indagam a realidade em que vivem, (re)fazendo suas leituras de mundo. Mundo que explora, oprime, violenta e contribui para a irreflexão do pensamento, e no qual a educação não pode ser conivente com a alienação, omissão e tem o dever de que sua *práxis* seja a reflexão crítica na luta pelos direitos de todos.

Dito isso, a pesquisa remonta fatias de um passado de lutas e conquistas pelos movimentos de direitos animais na cidade do Rio Grande, RS, do qual a autora faz parte. Lutas que começaram em 1956 e seguem até o atual momento, encontrando, a partir de 2013, junto ao poder público local, espaço para implantação de políticas públicas voltadas aos direitos animais, evidenciadas e resumidas no quadro abaixo:

⁵ Parafraseando Sônia Felipe (2021) em sua “Metáfora dos nós”. FACEBOOK. FilloCzar, editora. Diálogos veganos: evento virtual. 29/05/2021 <https://www.facebook.com/editorafiloczar/photos/gm.176659857677619/4189243007763512/>

Quadro 1 - Leis municipais criadas no período de 2013 a 2020 na cidade do Rio Grande, RS

Ano	Lei Municipal
2013	LEI Nº 7456, de 30 de agosto de 2013. Estabelece multa e sanções administrativas para maus-tratos a animais no âmbito do município do Rio Grande.
2014	LEI Nº 7581, de 1º de abril de 2014. Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos Animais, cria o Fundo Municipal dos Direitos Animais e institui o programa permanente de controle populacional de animais domésticos de pequeno porte e dá outras providências.
2014	LEI Nº 7724, de 25 de setembro de 2014. Autoriza o executivo municipal a contratar emergencialmente por tempo determinado, 01(um) médico veterinário para atuar na Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos Animais.
2014	LEI Nº 7837, de 22 de dezembro de 2014. Institui a Semana de Conscientização dos Direitos dos Animais no município de Rio Grande e dá outras providências.
2015	LEI Nº 7933, de 15 de outubro de 2015. Fica obrigatório o registro de equinos no âmbito do município de Rio Grande.
2016	DECRETO Nº 14.009, de 10 de junho de 2016. Nomeia e constitui o comitê gestor de defesa dos direitos animais.
2017	LEI Nº 8146, de 04 de setembro de 2017. Dispõe sobre a campanha de conscientização a ser desenvolvida nas escolas da rede pública municipal sobre a posse e propriedade de animais domésticos de estimação e dá outras providências.
2018	LEI Nº 8201, de 04 de abril de 2018. Dispõe sobre o programa “defensores dos animais” do município do Rio Grande.
2018	LEI Nº 8234, de 13 de julho de 2018. Institui o programa “Banco de ração e utensílio para animais” no município do Rio Grande, e dá outras providências.
2018	LEI Nº 8235, de 16 de julho de 2018. Proíbe a queima e a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com potencial de produzir danos à saúde e a vida de pessoas e animais, em espaço público no município de Rio Grande e dá outras providências.
2018	LEI Nº 8254, de agosto de 2018. Autoriza e regulamenta o transporte de animais domésticos de pequeno porte acompanhados por seus responsáveis no transporte coletivo do município do Rio Grande, altera LEI Nº 5602 de 22 de janeiro de 2002. E dá outras providências.
2018	LEI Nº 8303, de 28 de dezembro de 2018. (Regulamentada pelo Decreto nº 16192/2019) Institui o programa de redução gradativa de veículos de tração animal no âmbito do município.
2019	LEI Nº 8.442, de 30 de outubro de 2019. Institui o dia municipal de incentivo à castração animal no município do Rio Grande.
2020	LEI Nº 8.532, de 31 de agosto de 2020. Institui o dia municipal dos defensores dos direitos dos animais.
2020	LEI Nº 8.573, de 28 de outubro de 2020. Acresce inciso V no Art. 4º da LEI 7.456 de 30 de agosto de 2013.

Fonte: Prefeitura do Rio Grande, RS. Elaborado pela pesquisadora.

Ainda, inserindo, registrando e pesquisando no percurso de sua docência tal temática, inicialmente de forma transversal interdisciplinar aos componentes curriculares, trouxe à tona a relação de coisificação da vida dos demais animais frente aos humanos, no que se refere a divisão e classificação em diferentes categorias tais como: úteis e não úteis, da floresta e da fazenda, domésticos, selvagens e de estimação, do zoológico e do circo, em extinção etc. Busca assim, a reflexão, renovação e reconstrução de novos olhares, relações e representações infantis sobre os animais, que também a escola reproduziu por muito tempo e ainda reproduz (NUNES, 2021).

Muitos artefatos culturais, como filmes, documentários, animações, músicas, livros, imagens, reportagens, dentre outros, estiveram presentes a cada aula⁶, possibilitando que as crianças analisassem, discutissem e traçassem comparações a partir da aproximação com suas realidades e seus conhecimentos, mediatizados pelo diálogo. Diálogo que encontrou voz para além dos muros da escola na busca por pessoas e entidades da cidade, como ativistas, veterinários, ONGs, universidade, Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos Animais⁷, considerando, possibilitando e ressaltando a importância da construção de redes com a cidade e parceiros sobre a conscientização da vida animal.

Para exemplificar, trazemos o relato de uma das práticas realizadas com as crianças durante o período que antecedeu à Páscoa do ano de 2018, com crianças de um 4º ano do ensino fundamental.

Durante o ano letivo, as escolas acompanham o calendário instituído de comemorações e feriados, algumas com mais centralidade do que outras e com forte apelo midiático capitalista em muitas dessas datas; elas são esperadas pelas crianças que, muitas vezes, desconhecem o que está por trás das mesmas. Há uma “cultura escolar” de confeccionar lembrancinhas a cada data comemorativa para presentear as crianças, cultura que faz com que muitas professoras (porque ainda são em maioria mulheres nessa etapa) gastem seu próprio dinheiro (e tempo) confeccionando ou mandando fazer 20, 30, 40, ... desses “mimos”, sem que reflitam sobre quem ou quando essa “prática como obrigação”

⁶ Como por exemplo, a animação “Pets - A Vida Secreta dos Bichos” (EUA, 2016) e o curta “Fulaninho, o cão que ninguém queria” (Instituto Nina Rosa, Brasil, 2001), dentre outros.

⁷ Em 2014, depois de lutas de muitos anos, foi criada a Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos Animais como órgão central de formulação, proposição, estabelecimento e coordenação das políticas públicas voltadas à defesa e promoção dos direitos animais. Suas diretrizes foram elaboradas por protetores, representantes da população e autoridades em constante diálogo em muitas reuniões. [...] De acordo com o relatório de gestão da CMDDA, desde a sua criação até 2020. Foram realizadas 8.255 esterilizações cirúrgicas, sendo 3.932 em cadelas, 1.099 em cães, 2.065 em gatas e 1.159 em gatos. Os números de atendimentos clínicos a cães, gatos e cavalos ultrapassam os 3,5 mil. Foram verificadas mais de 3 mil denúncias de maus-tratos e realizados cerca 500 eventos como feirinhas de adoção, intervenções assistidas por animais, palestras e atividades educativas. Mais de 2 mil animais foram doados com termo de adoção responsável, que garante a castração de forma gratuita através do Castramóvel (NUNES, 2021).

começou e o porquê de ela ainda continuar. Prática essa que propaga e alimenta o mundo capitalista que há muito desqualifica, desfavorece e desvaloriza a profissional professora. Não vamos adentrar essa discussão neste texto, mas evidenciamos o quanto precisamos compreender que a exploração ocorre em vários níveis, sejam entre humanos ou em relação a outras espécies.

Nessa cultura escolar em que animais são banalizados, as crianças já esperavam por atividades alusivas à Páscoa, afinal a escola toda estava organizando-as e, no caso dessa turma, foram realizadas leituras, questionamentos, reflexões, palestras e oficinas. As atividades pensadas pela professora pesquisadora voltaram-se ao combate e transformação de outra realidade, ainda muito comum, a de levar coelho para as salas de aula a fim de que as crianças tenham contato com ele, já que este é considerado um dos símbolos da Páscoa (calendário cristão, mesmo o Estado sendo laico além de utilizado em campanhas publicitárias para venda de chocolates).

Tal prática desconsidera a vida do animal e é cruel, pois leva-se um animal em uma gaiola a fim de que passe de mão em mão, de criança em criança, para que o observem, toquem, mexam, façam aglomeração em sua volta, tirem fotografias etc., sem maiores reflexões! O animal, que se assusta com facilidade, passa por momentos intensos de estresse, podendo vir, inclusive à óbito, como casos já confirmados e tudo isso por um simples ato egoísta humano, de olhar, tocar e satisfazer-se como se o animal fosse entretenimento, brinquedo, mercadoria ou um objeto disposto à curiosidade humana.

Ora, a educação precisa romper com essas tradições especistas escolares! E precisamos argumentar, estudar e estarmos abertos ao diálogo, a fim de não reforçar o *habitus* especista de exploração dos corpos! Não obstante ter sido comum, em outros contextos, a prática de se observar humanos em gaiolas, como forma de entretenimento e conhecimento, os chamados “zoológicos humanos” que expunham indígenas, negros, asiáticos e pessoas com doenças deformantes, tidas como “atrações exóticas ou mesmo bizarras”. E, hoje, vemos ainda a barbárie sofrida por animais, porque certos tipos de humanos ao lhes encontrarem, para satisfazerem a cultura exibicionista, tiram *selfies* podendo exauri-los até a morte como foi o caso dos golfinhos que encalharam na Argentina e Espanha⁸.

⁸ BLOG NOTICIANDO AQUI. Humanos desprezíveis: Turistas tiram golfinho do mar para fazer selfie e animal morre. Disponível em: <http://blognoticiandoaqui.blogspot.com/2016/02/humanos-despreziveis-turistas-retiram.html> Acesso em: 12 abril.2021

CIDADE VERDE. Golfinho morre após ser tirado da água por banhistas para selfies. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/254232/golfinho-morre-apos-ser-tirado-da-agua-por-banhistas-para-selfies> Acesso em: 12 abril.2021

A imagem do coelho, no caso da nossa prática pedagógica intitulada “Páscoa Consciente: nesta Páscoa, o coelhinho não vem!”, foi usada para elucidar e trazer à discussão outras noções como o fato de ser o símbolo contido nos produtos livres de crueldade, isto é, produtos que não foram/são testados em animais. Abordamos na sala de aula o uso não só de coelhos, mas de outros animais vivos na dolorosa experimentação de diferentes elementos, por parte da indústria que sustenta com argumentos de ordem econômica e não moral (FELIPE, 2007), a fabricação de diversos produtos, sendo que “a maioria absoluta, tóxica, venenosa e corrosiva, é testada sem analgesia ou anestesia” (FELIPE, 2007, p. 42). Na atualidade, essas práticas podem ser consideradas dispensáveis, posto que:

Métodos e meios substitutivos ao modelo animal *in vivo* têm sido buscados em quase todas as áreas de investigação médica, e congregam tecnologias oriundas dos mais diversos campos do saber, desde simulações por computador até cálculos matemáticos, materiais sintéticos, e principalmente, tecidos vivos, coletados sem violação da integridade dos fornecedores (FELIPE, 2007, p. 117).

Nesse sentido, muitos desdobramentos e ações foram realizadas. As crianças da turma pesquisaram em *sites*, livros e junto às famílias, discutiram e avaliaram sobre o sentido da data Páscoa na escola, chegando à conclusão de que, para elas, o principal significado seria a solidariedade. O destaque abaixo traz um recorte de anotações relativas a essa pesquisa:

Começaram então a pensar em muitas maneiras de serem solidários, começaram a dar exemplos, principalmente em relação aos animais abandonados, que vivem nas ruas, sem abrigo, passando fome, até que questionei, quais animais. Muitos falaram dos cachorros, mais visível à todos, seguimos e apontaram, os gatos. De repente questionei se somente eles passavam frio, fome, vivendo em situação de rua. Um silêncio tomou a sala por uns instantes, até que falaram sobre outros animais, os humanos. Prontamente começaram a falar sobre diversas situações que presenciaram, contaram muitas histórias e afirmavam não querer essa situação para ninguém, ninguém mesmo. Foi então, que uma delas afirmou ter uma tia em situação de rua, outra o primo, outra o pai... Os olhos emocionados, *contaram* histórias, marcas de uma triste realidade vivida, sentida, doída que gerava uma grande preocupação, *como* - e *se* - alimentavam-se, pois muitas vezes, já haviam presenciado pessoas comendo algo retirado do lixo (NUNES, 2018, p. 107-108).

Tão logo evidenciado este problema político/social/econômico, fez-se necessário compreendermos que tal (antiga) situação advém da desigualdade social, de um sistema que exclui grande parcela da sociedade de humanos (não só) brasileira, mesmo que o (nosso) país tenha condições de produzir alimentos para toda a sua população. No entanto, a ganância, a dominação, a sociedade opressora que, como afirma Freire (1991, p. 46), “na ânsia irrefreada de posse [...]o que vale é *ter mais* e cada vez *mais*, à custa, inclusive, do *ter menos* ou do *nada ter* dos oprimidos. *Ser*, para eles, é *ter* e *ter* como classe que tem.” Vivendo e compreendendo essa realidade “a nossa convicção é a de que, quanto

mais cedo comece o diálogo, mais revolução será” (FREIRE, 1991, p. 125).

Entre muitos diálogos e desdobramentos, as crianças decidiram se solidarizar com as pessoas que trouxeram em suas narrativas, anteriormente mencionadas. Ao saberem, por exemplo, da existência de uma geladeira comunitária, nas proximidades da escola onde consta a proposição “quem tem pão e quem não tem, tira”, os pequenos resolveram fazer bolos que, como todo ritual, exige planejar, preparar, dividir tarefas e executar. Após essa atividade no refeitório da escola, realizamos uma saída de campo até a geladeira, onde foram colocados os produtos alimentícios, embalados em fatias, ilustradas nas imagens seguintes:

Figura 1 - Chegada das crianças à Geladeira Comunitária



Fonte: acervo da pesquisadora.

Figura 2 - Geladeira comunitária vazia



Fonte: acervo da pesquisadora.

Figura 3 - Bolos dentro da geladeira comunitária



Fonte: acervo da pesquisadora.

Os bolos não contaram com ingredientes de origem animal, afinal o objetivo das práticas pedagógicas antiespecistas é criar estratégias para combater o especismo, trazendo à tona a possibilidade de uma alimentação (vegana) em que os animais não sejam usados, explorados e mortos. Precisamos desmistificar a falácia de que a vaca nos dá o leite e a carne, que a galinha nos dá ovo, que a abelha nos dá o mel, etc., quando somos nós que usufruímos dos mesmos às custas de crueldade, violência, tortura e morte, como se estivessem à disposição da nossa espécie e existissem para tal fim. E fazer com que as próprias crianças pesquisem, analisem, discutam e cheguem as suas conclusões, como realizado pelas crianças da pesquisa a partir de livros infantis e didáticos, a exemplo dos casos analisados: do livro “Abinhas educativas – Animais” (páginas 3 e 4)⁹ e do exercício 5 da página 138 do livro didático “A escola é nossa: ciências – 4º ano Ensino Fundamental – Anos Iniciais”¹⁰.

As crianças identificaram tanto a exploração contida no exemplo animais da fazenda (que já começa pelo fato de não pertencerem a ela, mas manejados e obrigados a viverem na), bem como na tirinha que traz o uso de animais na escola para fins didáticos, sem se levar em conta a vida desse animal, e concluem que, se está escrito nos livros, muitas pessoas vão acreditar que essa é a verdade. Como podemos constatar, ambos exemplos tratam os animais de forma especista em seus livros, cabe-nos dialogar, ouvindo, questionando e buscando possíveis alternativas para tais abordagens. Isto é, aqui reiteramos a importância de um diálogo crítico-reflexivo que questione o que está posto e naturalizado.

As crianças, com a saída de campo, esperançosas, vivenciaram cada momento, refletindo criticamente e concordando que, embora haja diferentes formas e grupos solidários de enfrentamento das exclusões e violências percebidas e essas iniciativas contribuam, só a luta por justiça social transformará tal realidade. Ao dialogarem, foram levantando algumas problemáticas e buscando resoluções para:

- *Profe, se cada um colocasse um alimento nessa geladeira ia faltar geladeira pra tanta comida!*
- *É e ninguém ia passar fome! Ou ia?*
- *Só os que morassem aqui perto né?*
- *Mas daí era só colocar geladeira em toda a cidade! (Caderno de notas da professora pesquisadora, 2018).*

⁹ ANIMAIS. DCL, 2013. (Coleção Abinhas educativas, v. 1).

¹⁰ PESSÔA, Karina Alessandra; FAVALLI, Leonel Delvai. A escola é nossa: ciências. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2014. (Coleção A escola é nossa).

Entre suas falas, a professora pesquisadora indaga se essa última alternativa, apontada pela criança, seria a solução para acabar com a fome das pessoas que estavam em situação de rua e por quê. Então, escuta entre outras ideias das crianças:

- *Acho que sim...acho que não... é talvez!*
- *Porque tá, as pessoas iam todo dia tirar comida das geladeiras, mas mesmo assim continuariam nas ruas.*
- *É e não iam repor também.*
- *Claro né? De onde elas iam tirar comida se não tem dinheiro?*
- *Era só trabalhar.*
- *É, mas elas não têm trabalho, nem estudo, moram na rua, nem família mais tem...*
- *E como se resolve isso?*
- *O presidente ué?*
- *Então, tá ralado!* (Caderno de notas da professora pesquisadora, 2018).

Percebemos nessas interrogações e afirmativas o quanto as crianças buscam compreender o momento histórico em que vivem, assim como soluções para os problemas que assolam humanos e não-humanos, refletindo e constatando a triste realidade de políticas públicas opressoras que ratificam hierarquias intra e interespecie. No entanto, ao chegarem à escola no retorno da saída de campo, atravessadas por diferentes sentimentos, abraçavam-se e diziam que havia sido “uma Páscoa inesquecível e sem coelho; só o de pelúcia.”

Julgamos importante enfatizar que, concomitante a essa prática, através da Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos Animais - CMDDA¹¹, foi lançada campanha e Circular sobre o não uso de animais nas escolas, enviada através da Secretaria Municipal de Educação às escolas da cidade, justamente por saber que tais práticas especistas necessitam ser combatidas, visando reconhecer e respeitar os animais como sujeitos de uma vida, que quer ser vivida. Na sequência temos a imagem da campanha:

¹¹ Destacamos que, após as eleições de 2020 e troca do governo municipal, a CMDDA foi extinta.

Figura 4 - Campanha CMDDA



Fonte: acervo da pesquisadora.

Cabe ressaltar que, ao tratarmos todos esses assuntos, há que se considerar a faixa etária e exercitar o bom senso, sem omitir o conhecimento já produzido sobre o tema, suas diversas versões, mas reafirmando o compromisso ético nas relações educador-educando mediatizados pelo mundo para a libertação de todos, sejam humanos ou animais.

“Antes que o céu caia”, algumas conclusões

Ao longo desta escrita, buscamos analisar brevemente aspectos da crise civilizacional contemporânea, que nos traz como consequência vivências cotidianas alimentadas pela mão da barbárie. Nessa crise, violências contra outras espécies bem como à nossa própria se apoiam em paradigmas antropocêntricos, especistas, racistas etc., os quais possuem em comum a naturalização e/ou banalização da subalternidade de todo e qualquer ser que não se encaixe em padronizações formuladas por instituições e grupos que, há muito, sujeitam o conhecimento ao capital. Nessa direção, o próprio sentido de humanização é colocado em xeque tendo em vista também deixar de fora boa parte da nossa espécie.

Vimos que currículos escolares baseados em reproduções desses modelos não têm contribuído para a superação da dicotomia humano *versus* animais; reforçam o sentido utilitarista conferido a outras espécies, seres e elementos naturais, o que releva violências e explorações constantes, algumas

vezes em nome da ciência, noutras da vaidade, da curiosidade, do entretenimento, enfim, não faltam justificativas para aplacar consciências e naturalizar ações originadas em sistemas políticos, sociais, econômicos e/ou culturais. Na contramão, experiências realizadas na escola pública, com crianças, a partir de práticas pedagógicas antiespecistas são desenvolvidas, muitas vezes discretamente, sob as condições concretas de cada contexto, mas, que problematizam essas vulgarizações da vida.

No recorte da pesquisa narrada, a professora pesquisadora valeu-se de questionamentos, investigações, palestras, oficinas, saídas de campo com as crianças de um quarto ano, tomando o coelho - um dos símbolos mais conhecido da Páscoa - data comemorativa trabalhada na escola, para tensionar suas presenças nas salas de aulas como objetos à disposição da curiosidade infantil. Na medida em que o trabalho transcorria, gerava no grupo dos pequenos, silêncios, interrogações, lágrimas e atitudes como a que propôs à professora a produção de um bolo para que fosse socializado na “geladeira comunitária”, disponibilizada nas proximidades da escola, como estratégia local no combate à fome.

A proposição do educador Paulo Freire de que devemos iniciar desde cedo o debate para acelerar o processo de transformação social esteve presente nesse processo, e as ações de solidariedade das crianças, por exemplo, ratificam a impressão de que desconstruir lógicas perversas é um desafio e uma possibilidade. É difícil, mas não é impossível. Esperançamos, mediante esta pesquisa, que crianças como essas, em seus percursos escolares, sejam capazes de problematizar ‘pequenas’ e ‘grandes’ violências contra os animais, inclusive, desantropofizando nossa condição de colocar-se como referente das demais espécies, espelhando-as à nossa própria imagem. Que elas possam sentir-se inerente a todo e qualquer processo – frágil e impreciso – que conste a vida. Talvez assim ajudem a segurar o céu.

Referências

ANIMAIS. DCL, 2013. (Coleção Abinhas educativas, v. 1).

BBC NEWS. **Cada vez mais brasileiros veem pets como filhos, tendência criticada pelo Papa.** 14 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/pets/noticia/2022/01/14/cada-vez-mais-brasileiros-veem-pets-como-filhos-tendencia-criticada-pelo-papa.ghtml> Acesso em: 16 jan. 2022.

BENSUSAN, Nurit. **Cartas ao morcego.** Ilustrações Raísa Curty. Brasília: Mil Folhas, 2021.

BLOG NOTICIANDO AQUI. **Humanos desprezíveis: Turistas retiram golfinho do mar para fazer selfie e animal morre.** Disponível em: <http://blognoticiandoaqui.blogspot.com/2016/02/humanos-despreziveis->

Andriara Nunes, Vânia Alves Martins Chaigar

[turistas-retiram.html](#)

BRÜGGER, Paula. **Amigo animal**: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente: animais, ética, dieta, saúde, paradigmas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CARTA CAPITAL. **Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas desde o início da pandemia, aponta Oxfam**. 17/01/2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-desde-o-inicio-da-pandemia-aponta-oxfam/> Acesso em: 20 jan. 2022.

CIDADE VERDE. **Golfinho morre após ser tirado da água por banhistas para selfies**. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/254232/golfinho-morre-apos-ser-tirado-da-agua-por-banhistas-para-selfies> Acesso em: 12 abr. 2021

CHAIGAR, Vânia Alves Martins *et. al* (Orgs.). **A cidade, as crianças e os animais**. Curitiba: Appris, 2018.

FACEBOOK. FiloCzar, editora. **Diálogos veganos**: evento virtual. Disponível em: <https://www.facebook.com/editorafiloczar/photos/gm.176659857677619/4189243007763512/>. Acesso em: 29 maio 2021.

FELIPE, Sônia Teresinha. **Ética e experimentação animal**: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Prática Pedagógica Dialógica. *In*: MOROSINI, Marília (Org.). **Enciclopédia Brasileira de Educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 227.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

G1. **Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> Acesso em: 25 jan. 2022.

INSTITUTO NINA ROSA. **Fulaninho, o cão que ninguém queria**. 2001. 1 vídeo (19:21min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gn1ISZY31H0> Acesso em: 10 jun. 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

MAURIZI, Marco. **O antiespecismo como apropriação da classe trabalhadora**: entrevista com Marco Maurizi. 2019. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2020/08/19/o-antiespecismo-como-apropriacao-da-classe-trabalhadora-entrevista-com-marco-maurizi/> Acesso em: 13 dez. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso em: 16 jan. 2022.

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 305-322, maio/ago. 2022

Andriara Nunes, Vânia Alves Martins Chaigar

PESSÔA, Karina Alessandra; FAVALLI, Leonel Delvai. **A escola é nossa**: ciências. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2014. (Coleção A escola é nossa).

NUNES, Andriara Nunes. **Por uma pedagogia antiespecista**: experiências em prol de relações biocêntricas entre crianças e animais em escolas da cidade do Rio Grande/RS. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, 2021.

NETFLIX. **Pets – a vida secreta dos bichos**. 2016. 1 vídeo (1h:26min) Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80095314>

SAAVEDRA, Carola. **O mundo desdobrável**: ensaios para depois do fim. Belo Horizonte: Relicário, 2021. (Coleção Nos.Otras, v. 4).

SINGER, Peter. **Libertação animal**. São Paulo: Lugano, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.